

# Área social perde Cr\$ 4,3 tri

Contestação ao Finsocial faz o orçamento encolher

Márcio Batista 02.04.92

O Ministério da Economia foi obrigado a realizar, até agora, um corte da ordem de Cr\$ 4,3 trilhões nas despesas orçamentárias deste ano, devido à contestação judicial das empresas ao pagamento do Finsocial. O corte, que atingiu principalmente as áreas sociais do governo (educação, saúde e ação social), foi determinado pelo Decreto nº 587, que fez este mês uma revisão do orçamento deste ano. Em outubro, será realizada nova revisão das despesas.

O diretor do Departamento de Orçamento da União (DOU), Paulo Fontenele, disse que a situação poderá ser revertida caso o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue, em agosto, constitucional a cobrança do Finsocial. Se isto ocorrer, o governo receberá o pagamento do tributo retroativo a janeiro deste ano e retomará o fluxo da contribuição, além de liberar os depósitos em juízo realizados por muitas empresas.

**Corte** — O governo contava para 92 com receita orçamentária de Cr\$ 99,4 trilhões (excluída a receita para pagamento da dívida mobiliária). A revisão baixou esse montante para Cr\$ 95,1 trilhões. Com a queda de arrecadação, as principais perdas ocorreram nos orçamentos dos ministérios beneficiados pelas vinculações constitucionais. O Ministério da Saúde foi o mais atingido, deixando de receber Cr\$ 2,5 trilhões, seguido dos ministérios da Ação Social (Cr\$ 1,3 trilhão) e da Educação (Cr\$ 500 bilhões).



Fontenele: depende do STF

O diretor do DOU assinala que, caso a reforma fiscal proposta pelo governo não seja aprovada pelo Congresso, o Ministério da Economia será obrigado a cortar, no próximo ano, até 22% das despesas ordinárias do orçamento, relativas aos gastos com custeio, pagamento de pessoal e investimentos. O corte ocorrerá porque o governo está prevendo, para 93, perda de receita da ordem de Cr\$ 3,2 trilhões.

Apesar da previsão de corte nas despesas ordinárias, informa Fontenele, o presidente Fernando Collor determinou prioridade na elaboração do orçamento de 93 para o projeto de construção dos Centros Integrados de Apoio à Criança (Ciacs), a reforma agrária, a recuperação das rodovias e a construção da usina hidrelétrica de Xingó, localizada na divisa dos estados de Alagoas e Sergipe.